



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

TJPRlab

PLANO DE GESTÃO 2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Cúpula Diretiva – Biênio 2025-2026

Desembargadora Lidia Maejima – Presidente do Tribunal de Justiça

Desembargador Hayton Lee Swain Filho – 1º Vice-Presidente

Desembargador Fábio Haick Dalla Vecchia – 2º Vice-Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak – Corregedor-Geral da Justiça

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço – Corregedora da Justiça

Desembargador Ruy Alves Henriques Filho – Ouvidor-geral

Desembargador José Américo Penteado – Ouvidor

Vinicius André Bufalo – Secretário do Tribunal de Justiça

Rafael Cury Zacharias – Subsecretário do Tribunal de Justiça

Fevereiro/2025

GESTÃO DA INOVAÇÃO

Pesquisa, desenvolvimento e inovação a serviço das pessoas

De acordo com o art. 1º da Resolução nº 395/2021-CNJ, a Política de Gestão da Inovação, no âmbito do Poder Judiciário, deve se operar com ênfase na proteção dos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal. O mesmo ato normativo, em seu art. 2º, conceitua inovação como *“a implementação de ideias que criam uma forma de atuação e geram valor para o Poder Judiciário, seja por meio de novos produtos, serviços, processos de trabalho, ou uma maneira diferente e eficaz de solucionar problemas complexos encontrados no desenvolvimento das atividades que lhe são afetas.”*

Concretizando esse caráter amplo e teleológico da gestão da inovação no Judiciário, o CNJ e o STJ estruturaram seus Laboratórios de Inovação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) focados no atingimento da Agenda 2030 da ONU, não se restringindo à formulação de ferramentas tecnológicas na área da Tecnologia da Informação. Assim, a premissa que orienta a inovação é a de que os laboratórios se prestam a “melhorar e humanizar a justiça”¹.

Inspirado nesses desafios, o planejamento proposto para o **Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (**TJPRIlab**), para o ano de 2025, também se volta à promoção da cultura da inovação e abrange o conceito de inovação social, compreendendo as mais variadas formas de tecnologias de maneira inter, trans e multidisciplinar, como ferramentas a serviço dos cidadãos paranaenses.

Essa visão, frise-se, não se levanta de forma isolada, mas se adequa à identidade institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim sintetizada:

¹ <https://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/14032023-STJ-aposta-em-laboratorio-de-inovacao-para-melhorar-e-humanizar-a-Justica.aspx>



A aplicação desses conceitos se desdobra, de maneira prática, na forma de inovar e de conduzir os programas, projetos e ações a serem empreendidos, gerando impactos concretos à gestão da inovação.

Inovação para quê? Priorização e foco na gestão da inovação

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela nova gestão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a inovação deve ser vista como instrumento para a **melhoria da prestação jurisdicional**, com **prioridade para o 1º Grau de Jurisdição**. Dessa forma, o foco das ações deve estar na melhoria dos serviços prestados ao jurisdicionado, direta ou indiretamente, e com ênfase na concretização das normas constitucionais. Em outras palavras, a inovação, enquanto valor institucional do TJPR, deve estar sempre voltada à sua missão: *“Nós existimos para realizar Justiça, por meio da resolução de conflitos, assegurando a paz social.”*

Mais do que um lema, as escolhas feitas no exercício da gestão da inovação, de acordo com tal perspectiva, deverão se pautar por essa priorização. De forma prática, e sempre que for possível, a supervisão, a coordenação e a equipe do TJPRlab deverão, no exercício de suas atribuições, priorizar programas, projetos e práticas: (a) inovadoras, em detrimento de tarefas operacionais estranhas às atribuições institucionais conferidas ao *laboratório de inovação*; (b) que atendam à missão, se vinculem à visão e promovam os valores institucionais do TJPR; (c) que priorizem o 1º

Grau de Jurisdição; e (d) que concretizem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Regras de Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade.

Inovação por quem? Fomento à cultura da inovação, à cooperação e ao intraempreendedorismo

Embora a existência de um Laboratório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação seja fundamental para o incremento da eficiência e o levantamento de soluções inteligentes para o Poder Judiciário paranaense, o TJPRlab deve se colocar como um catalisador de transformações positivas, fomentando a cultura da inovação em todo o Tribunal.

Desse modo, seja no estímulo à inovação descentralizada, seja na elaboração de projetos pelo próprio Laboratório, é necessário o comprometimento com a participação real e efetiva dos magistrados, servidores e estagiários diretamente envolvidos nos processos. Não se pode perder de vista que é especialmente no 1º Grau que os problemas reais surgem, e uma especialização muito tecnológica, mas pouco dialógica, pode levar a respostas brilhantes para perguntas que nunca foram feitas, deixando as necessidades concretas das pessoas em aberto.

Além do mais, reconhecer a capacidade de todas as pessoas de serem agentes de transformação e inovação (sujeitos epistêmicos) implica valorizar a cooperação na gestão da inovação – tanto dentro do TJPR (cooperação intersetorial) quanto com outros tribunais, instituições públicas e a sociedade civil em geral.

Parte-se da compreensão, então, de que inovar não significa, necessariamente, partir do zero – embora essa seja uma possibilidade sempre presente. Mais ainda, descabe integrar uma corrida entre tribunais para a formulação de ferramentas similares. Concretamente, o agir em rede com outros tribunais (como no caso da Rede de Inovação do Poder Judiciário – RenovaJud, viabilizada pelo CNJ) ou com outros laboratórios públicos de inovação (como a rede InovaPR) representa um ganho de eficácia e de eficiência no desenvolvimento de inovações transformadoras, beneficiando, em última análise, todos os cidadãos.

Além dos processos de escuta e de cooperação, a difusão da cultura da inovação e a afirmação de que todos os magistrados, servidores, estagiários e terceirizados são

capazes de cooperar com a inovação, no exercício de suas atribuições, implica em reconhecer a necessidade de capacitação de todos os sujeitos, a fim de que possam, na condição de sujeitos de transformação, se apropriar legitimamente das diversas ferramentas inovadoras que já estão disponíveis. Desse modo, a cooperação constante com a Escola Judicial do TJPR (Ejud-PR) se mostra fundamental para difundir as boas práticas de inovação desenvolvidas para todas as comarcas, independentemente de tamanho e localização.

Inovação como? Formação continuada e profissionalismo na gestão da inovação

Para possibilitar todos os aspectos até aqui apresentados, torna-se imprescindível que a gestão da inovação se opere com profissionalismo, dialogicidade e transparência, buscando o equilíbrio entre criatividade, na busca por soluções inovadoras, racionalidade, na gestão dos recursos públicos, e humanismo, no olhar para o público-alvo de toda a ação desempenhada: o jurisdicionado.

Concretamente, destacam-se as seguintes medidas propostas para atingir tais fins no âmbito da gestão do TJPRlab:

- a) formação continuada da equipe do *laboratório de inovação* em metodologias ativas e em técnicas de gestão de projetos;
- b) busca constante por parcerias que agreguem profissionalismo à gestão da inovação no TJPR;
- c) criação de fluxos claros e objetivos, a justificar, de forma transparente, a priorização de determinados programas, projetos e ações em detrimento de outros;
- d) clareza metodológica na elaboração dos projetos;
- e) parametrização de resultados, buscando avaliações objetivas e não enviesadas.

PROPOSTA DE PORTFÓLIO

PROGRAMA *SMART JUSTICE* (JUSTIÇA INTELIGENTE)

O Programa *Smart Justice* decorre de uma articulação do Poder Judiciário Estadual com as cidades inteligentes (*smart cities*), integrando-se aos Poderes Executivo e Legislativo, municipais e estadual. A união do conceito de cidades inteligentes com o Judiciário possibilita que o Programa potencialize a elaboração social com acesso simplificado e eficiente à Justiça através de recursos tecnológicos para acessibilidade, preservação do meio ambiente, mobilidade, governança, qualidade de vida, educação, inclusão, infraestrutura sustentável e segurança. Vinculado ao conceito, um portfólio de projetos pode ser gerado, dentre os quais destacam-se as duas prioritárias para o ano de 2025.

Terminal de autoatendimento (totem)

O projeto visa a elaboração de um módulo de autoatendimento ao cidadão, com possibilidades de inúmeros serviços, como comprovação de comparecimento ao juízo por meio de reconhecimento biométrico (aliviando as funções dos servidores das varas criminais e de execução penal), comunicação de mudança de endereço, consulta processual, informações para vítimas, contatos da rede de proteção socioassistencial, obtenção de certidões, dentre inúmeras outras possibilidades – inclusive de parcerias com outras instituições – a serem delineadas.

Analytics: análise avançada de dados com Inteligência Artificial (IA)

Ao identificar e estabelecer as possibilidades de aplicação, pelo TJPR, do sistema *Analytics*, atualmente adotado pelas Cidades Inteligentes para antecipar a solução de problemas concretos, diversas atividades que hoje demandam recursos humanos e financeiros podem ganhar eficácia e eficiência. Exemplificativamente, destacam-se as possibilidades de acompanhamento de acervo, demandas repetitivas e produtividade, e ganho de velocidade na identificação de gargalos na execução dos trabalhos através da

Inteligência Artificial, possibilitando pronta intervenção e melhoria. Dessa maneira, o projeto busca fazer uso de técnicas matemáticas, estatísticas, modelagem preditiva e *machine learning* com inteligência artificial, para encontrar padrões e conhecimentos significativos em dados, provendo análise avançada das unidades de 1º Grau, e permitindo uma visão abrangente das características e particularidades que permitam uma atuação preventiva e otimizada.

AUTOMAÇÃO DE DOCUMENTOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Iniciativa voltada à criação de agentes autônomos, junto ao *Microsoft 365 Copilot*, possibilitando a utilização da IA para automatizar a geração de minutas de documentos judiciais (despachos, relatórios, sentenças, acórdãos, dentre outros) e administrativos, trazendo agilidade e eficiência para os gabinetes dos magistrados e para as unidades administrativas do TJPR. Para tanto, o TJPRlab se propõe a atuar:

- a) em parceria com gabinetes e outros setores do Tribunal, para a implementação de agentes específicos;
- b) participando de ações pontuais, como *hackathons* e *promptathons*, voltados à geração rápida de soluções inovadoras junto aos usuários finais; e
- c) na capacitação constante de magistrados e servidores, em parceria com os gabinetes e a Ejud-PR, conforme projeto específico a seguir apresentado.

CURSOS MICROSOFT 365 COPILOT

Projeto pedagógico, voltado a democratizar, através de apresentações práticas e participativas para magistrados e assessores, os recursos e ferramentas da Microsoft já disponibilizados pelo TJPR, com foco no 365 Copilot. Dessa forma, pretende-se fomentar a utilização das ferramentas disponíveis e a geração descentralizada de casos de uso que possam beneficiar outras unidades e toda a organização, gerando impactos significativos na eficiência da prestação jurisdicional e na segurança de dados por meio

do fomento à adoção de ferramentas protegidas contratualmente e em consonância com as normas éticas estabelecidas pelo CNJ e pelo TJPR.

AUTOMAÇÃO ROBÓTICA DE PROCESSOS (RPA)

Iniciativa voltada à criação de robôs de RPA ou afins para automatizar procedimentos repetitivos em sistemas judiciais e administrativos. Embora as automações via RPA sejam mais simples do que as soluções de IA, seu uso é capaz de facilitar a realização automática de tarefas repetitivas por meio da simulação de interações humanas com sistemas *web* (como Projudi, SEI, Hércules etc.), diminuindo a demanda de servidores para a atuação em funções operacionais e, consequentemente, contribuindo para a otimização dos recursos do TJPR.

APERFEIÇOAMENTO DO USO DO *WHATSAPP*

Amplamente empregado pelo TJPR para o envio de comunicações processuais, o *WhatsApp* passou a oferecer uma série de novas possibilidades desde 2017, quando passou a ser adotado pela 2ª Vice-Presidência, no âmbito dos Juizados Especiais. Contudo, um diagnóstico inicial junto às unidades do 1º Grau indica que tais melhorias não têm sido aplicadas pelo Tribunal de Justiça, que acaba por desperdiçar os potenciais de uma ferramenta importante por sua ampla adesão social. Assim, o projeto pretende aperfeiçoar o uso dessa ferramenta, mapeando potenciais de uso junto ao 1º Grau e propondo melhorias inovadoras em resposta, tais como:

- a) Aquisição do *WhatsApp Business*, que permite, entre outras possibilidades, a comunicação institucional segura, a partir de um único número oficial, diminuindo o receio de golpes e a necessidade de aparelhos de telefones pré-pagos em cada secretaria judicial;
- b) Criação de fluxos de atendimento, recorrendo a filtro por IA e o direcionamento do atendimento para a respectiva unidade pelo *Microsoft Teams*;

- c) Integração com o *Projudi*, diminuindo a demanda por serviços operacionais relacionados à expedição e juntada de intimações, atualmente feitos humanamente pelas secretarias;
- d) Padronização e simplificação da linguagem: treinamento dos robôs para que utilizem linguagem acessível na comunicação com os cidadãos, tornando as comunicações institucionais mais eficazes. Tal medida se conecta, também, ao Programa Linguagem Acessível, a seguir apresentado.

PROGRAMA LINGUAGEM ACESSÍVEL

Alinhado ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, promovido pelo CNJ e firmado pelo TJPR, o Programa Linguagem Acessível entende a importância do uso consciente da linguagem por parte do Poder Judiciário. Enquanto causa social, a linguagem acessível se vale do preceito de que todos têm o direito de compreender as informações que orientam o nosso cotidiano. Enquanto técnica, trata-se de um conjunto de práticas (baseado em conceitos sintático-semânticos e de linguística textual) que visa elaborar textos fáceis de serem lidos, ao tornar a língua mais objetiva e adequada a um público-alvo determinado. Dessa forma, o programa torna-se um importante aliado na busca pelo acesso à justiça e pela maior efetividade das decisões judiciais.

Seguindo as orientações do CNJ, o Programa se estrutura em 5 eixos: simplificação de documentos; brevidade nas comunicações; educação e capacitação; tecnologia da informação; e articulação interinstitucional. Sua execução se desdobra em um portfólio de projetos específicos, dentre os quais se destacam, para o ano de 2025, os seguintes:

Redesign das comunicações processuais

O projeto consiste na revisão do *design* gráfico e dos textos utilizados em mandados de citação e de intimação e em outras comunicações enviadas diretamente às partes, como cartilhas explicativas (v. Cartilha do Sentenciado) e cartas-convite (v. Cejusc-pré). Além da acessibilidade viabilizada pela linguagem e pelo aspecto visual dos documentos, o projeto concretizará a anexação de vídeos explicativos para as partes.

A primeira entrega, agendada para o dia 10 de março, foi concretizada a partir da parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça e a Cevid, permitindo a inclusão de vídeos explicativos nos mandados de intimação de decisões de fixação de medidas protetivas a favor de mulheres vítimas de violência doméstica. Outros usos possíveis, já mapeados, incluem as comunicações dos Cejusc's e dos Juizados Especiais, nos quais, frequentemente, as partes não são acompanhadas por advogados.

Projudi Acessível (Tooltips)

É um projeto que pretende tornar as páginas do Projudi que são disponíveis ao público externo mais acessíveis ao cidadão. O produto esperado são *tooltips* – caixas de texto explicativas para termos técnicos dentro da área do sistema Projudi destinada às partes. Essas caixas empregarão uma linguagem acessível para o jurisdicionado, de modo a facilitar a compreensão do sistema. A importância do projeto reside na facilitação da consulta pública de processos, reduzindo o volume de ligações ao fórum e promovendo maior transparência no sistema.

Protocolo de Cerimônias

Trata-se de um projeto que visa tornar as cerimônias e eventos realizados no TJPR mais breves. São esperados dois produtos principais com este projeto: uma instrução normativa sobre a realização de cerimônias no 1º e 2º Grau; e uma cartilha com orientações sobre objetividade e brevidade nos discursos, tornando as cerimônias e eventos mais dinâmicos e acessíveis.

REESTRUTURAÇÃO DOS CENTROS ESPECIALIZADOS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS (CEAV'S)

Voltado à implementação da Política Institucional do Poder Judiciário de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (Resoluções CNJ nº 253/2018 e 386/2021), o projeto, formulado a partir da metodologia de *design thinking*, visa

proporcionar atendimento interdisciplinar e humanizado às vítimas, garantindo seus direitos e facilitando seu acesso à justiça e aos serviços da rede de proteção. Sendo assim, o Centro atuará como ponto de acesso para informações, orientações, apoio interdisciplinar e encaminhamentos para programas já existentes de proteção, justiça restaurativa, assistência jurídica e outros serviços já ofertados pelo Poder Judiciário e pela rede socioassistencial.

Estruturado em duas frentes, o programa pretende ser um ponto focal de incentivo à implementação e de apoio aos Ceav's presenciais nas Comarcas. Paralelamente, e reconhecendo a dificuldade de implementação, sobretudo nas Comarcas menores, o Programa também pretende, de forma inovadora, estabelecer um Ceav virtual central, estruturado na capital, por meio do qual as vítimas das localidades distantes poderão obter um atendimento inicial acolhedor, obter informações e receber encaminhamentos para serviços existentes em suas localidades.

TJPR SEMPRE PRESENTE: PROGRAMA DE ACOLHIMENTO DOS APOSENTADOS

Projeto a ser implementado pelo TJPRlab e executado pela Segep, com o objetivo de preservar o vínculo institucional e promover a comunicação eficiente e acessível entre o TJPR e os magistrados e servidores aposentados. Para tanto, será empregada a metodologia de *design thinking* para a escuta do público-alvo, compreensão da realidade, elaboração, prototipagem e avaliação da resposta. Preliminarmente, espera-se que o projeto entregue uma carta de serviços e acesso à intranet e Hercules aos aposentados, através de um Portal do Aposentado.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DA CULTURA DA INOVAÇÃO

Prêmio Atitude Inovadora

Premiação destinada a reconhecer, valorizar e divulgar as iniciativas inovadoras e ações internas dos servidores e magistrados do TJPR que contribuem para a melhoria

dos procedimentos e do cotidiano laboral, incentivando a criatividade e a inovação no ambiente organizacional. Além da valorização, o prêmio viabiliza a identificação de boas-práticas capazes de serem replicadas em outras unidades.

Rede de Inovação InovaPR

Estabelecimento de uma rede colaborativa, formada pelos setores responsáveis pela inovação de diversos órgãos públicos do Paraná, tais como TJPR, JFPR, TRE-PR, TRT-PR, MP, DPE, Alep, Celepar, Secretaria de Inovação do Paraná, TCE, dentre outros. Seu objetivo é promover a inovação no setor público paranaense, através da cooperação técnica, compartilhamento de práticas e conhecimentos, além da realização de projetos conjuntos para melhorar a eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública e dos serviços prestados à sociedade.

Pílulas de Inovação

Projeto de endomarketing voltado à difusão da cultura de inovação entre todos os colaboradores do TJPR, tendo como base a noção de intraempreendedorismo. Tal conceito pode ser definido como a implementação de práticas que estimulam os colaboradores de uma instituição a proporem mudanças e melhorias, independentemente dos recursos controlados, ou seja, sem dependerem de algum setor específico responsável pela inovação (como o TJPRlab). Como produto, propõe-se a elaboração de postagens na *intranet*, com textos ou pequenos vídeos que tratem, periodicamente, de algum tema relacionado à inovação.

Canva do Experimento

O projeto consiste na estruturação de uma tabela, ou Canva, inspirada na experiência do laboratório de inovação do TJCE (LabLuz), que será empregada como ferramenta para aceitar ou rejeitar projetos de inovação. O produto esperado é a produção de uma tabela diagramada com perguntas e respostas, servindo como uma metodologia para selecionar projetos promissores e rejeitar aqueles que não se

enquadram no escopo de inovação. O público-alvo inclui a equipe do TJPRlab e qualquer pessoa interessada em sugerir projetos. A importância desse projeto reside no fato de que ele proporcionará um processo claro e eficiente para a avaliação de propostas, assegurando que apenas iniciativas alinhadas com os objetivos de inovação sejam desenvolvidas, e trazendo mais transparência para a seleção dos projetos prioritários.



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ